



**UNIBRASIL**  
**FUTURO**



## Marcelo Neri: desenvolvimento inclusivo no Brasil

### RESUMO:

Este artigo tem como objetivo apresentar os principais temas abordados pelo palestrante Marcelo Neri no “UniBrasil Futuro”, com o tema “Desenvolvimento inclusivo: passado e perspectivas”. A apresentação demonstrou que as políticas sociais e o aumento do emprego proporcionaram a diminuição da desigualdade social no Brasil. Entretanto, permanecem incertezas se esses avanços continuarão ocorrendo no futuro.

### AUTORES:

Claudio Marlus Skora - professor e coordenador geral do curso de Administração do UniBrasil Centro Universitário

Josué Alexandre Sander - professor e coordenador adjunto do curso de Administração do UniBrasil Centro Universitário

No mês de março de 2016, o pesquisador Marcelo Neri participou do “UniBrasil Futuro”, debatendo o tema “Desenvolvimento inclusivo: passado e perspectivas”.

Marcelo Cortês Neri é doutor em Economia pela Universidade Princeton, mestre e bacharel em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É Diretor do FGV Social e professor do programa de mestrado e doutorado da Fundação Getúlio Vargas. Foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de setembro de 2012 até maio de 2014, e foi ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, de março de 2013 a fevereiro de 2015.

É autor de diversas obras, das quais se destacam: A Nova Classe Média (indicado ao Prêmio Jabuti de 2012); Superação da Pobreza no Campo; e Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.

O palestrante iniciou sua fala sintetizando os principais acontecimentos das últimas décadas. As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelo crescimento econômico, pela desigualdade social e pela ditadura, os anos 1980 foram o período de redemocratização e instabilidade. Na década de 1990 ocorreu a estabilização econômica e a ampliação da cobertura de saúde e educação, enquanto que a primeira década dos anos 2000 foi marcada pela redução da desigualdade de renda e do emprego formal.



O ponto de partida para o debate sobre desigualdade social é a reflexão sobre a distribuição de renda. Como é a distribuição de renda brasileira em comparação com outros países? Uma pesquisa realizada e apresentada pelo palestrante comparou a distribuição de renda nos seguintes países: Estados Unidos da América, Rússia, China, Índia e Brasil. Foi possível identificar que a maioria da população brasileira é mais pobre que a americana e a russa e mais rica que a chinesa e a indiana. Desses países analisados, a população mais pobre é a da Índia e a mais rica, a dos Estados Unidos. Mas o debate era sobre desigualdade, e neste quesito, infelizmente, o campeão é o Brasil. O pobre brasileiro possui uma renda tão baixa quanto o pobre indiano, e o rico brasileiro possui uma renda próxima a do

rico americano e superior a do rico russo.

O Brasil é o país dos contrastes, o pobre é muito pobre e o rico é muito rico. Essa é a fotografia apresentada. Mas se a fotografia nos mostra essa realidade, o que o filme nos revela? Quais são as mudanças recentes? O Brasil está reduzindo ou aumentando a desigualdade? Neri demonstrou suas percepções por meio da utilização do índice Gini. Este índice varia de 0 a 1, sendo 1 um país com renda totalmente desigual (toda a renda concentrada em uma única pessoa) e 0 um país com a renda distribuída igualmente entre toda a população. Apontou o palestrante que no ano de 1960, o índice Gini do Brasil era 0,535, subiu para 0,581 no ano de 1970, e 0,607 nos anos 1990. Este foi o ano de maior desigualdade



Os coordenadores do curso de administração, professor Josue Alexandre Sander, professor Claudio Marlus Skora e o palestrante convidado doutor Marcelo Neri

de renda no Brasil. A partir desse período, inicia-se uma redução da desigualdade, com o índice Gini reduzindo para 0,592 em 2001, 0,560 em 2007 e 0,523 em 2013. Entre os anos de 2000 e 2010, a desigualdade caiu em 80% dos 5.500 municípios brasileiros, continuando mais elevada nos estados da região Norte.

Esse movimento de redução da desigualdade foi acompanhado pela redução da extrema pobreza (pessoas que vivem com menos de U\$ 1,25 por dia). No ano de 1992, 11,31% da população brasileira era extremamente pobre, este índice caiu para 7,92% em 2001, e para 2,27% em 2014. Historicamente, existe um debate se a redução à pobreza ocorre pelo crescimento da renda ou pela queda da desigualdade. O caso brasileiro entre os anos 2001 e 2014 evidencia que o Brasil seguiu o caminho do meio, ou seja, a redução da pobreza brasileira é explicada tanto pela queda da desigualdade quanto

pelo crescimento de renda. Uma evidência dessa afirmação é o fato de que a renda nos domicílios do decil (10%) mais pobre foi de 166%, enquanto que a renda dos domicílios do decil mais rico foi de 31%.

Existe um estereótipo no Brasil de que a renda da população mais pobre cresceu apenas com as transferências sociais, como o Bolsa Família. Dados publicados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE mostram que o principal fator de contribuição do crescimento da faixa mais pobre da população foi o trabalho, responsável por praticamente dois terços do crescimento da renda. Os outros fatores que ajudaram a elevar a renda da população mais pobre foram as transferências sociais (como o Bolsa Família) e a Previdência Social. Um dado que chama a atenção é que a contribuição do fator trabalho para aumentar a renda é maior na população do decil mais pobre do que no decil mais rico, mostrando a importância da

função social do trabalho para a redução da desigualdade social. Um fator que auxiliou no aumento da remuneração do trabalhador foi o crescimento da escolaridade da população pobre, movimento iniciado após a democratização brasileira com o processo de universalização do ensino básico. Mas o crescimento da renda do trabalho é sustentado pelo crescimento da produtividade ou decorrendo dos aumentos do salário mínimo acima da inflação? Entre os anos 2001 e 2004, a remuneração pelo trabalho teve crescimento inferior ao do PIB por trabalhador, porém, após o ano de 2004 até o ano de 2012, ocorreu um crescimento da remuneração pelo trabalho muito superior ao crescimento do PIB por trabalhador,

chegando a um ponto em que é difícil sustentar este nível de remuneração.

Marcelo Neri teve a capacidade de apresentar esses e demais dados de modo que a plateia pudesse compreendê-los com exatidão. Neste momento de intenso debate político, em que a informação costuma ser distorcida por todos os lados para reforçar argumentos, isso não é necessariamente uma tarefa fácil. Ao final, foram demonstrados de forma inexorável os resultados das políticas sociais e o que o aumento do emprego proporcionou para diminuir os abismos entre ricos e pobres no país. Entretanto, projetando para os cenários vindouros, ficaram as incertezas de que esses se manterão no futuro.

